

18 de dezembro de 2014

CONTAS REGIONAIS – SEC 2010 – BASE 2011

A Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) disponibiliza, em simultâneo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), os dados das Contas Regionais na nova base das Contas Nacionais e Regionais (base 2011).

Antes da análise de resultados, far-se-á uma breve referência às principais alterações metodológicas com impacto nos valores das Contas Regionais para a Região Autónoma da Madeira (RAM).

É de referir que os dados na base 2011 dizem respeito ao período 2000-2013, sendo os resultados de 2012 e 2013 de natureza preliminar.

1. Principais alterações metodológicas resultantes do SEC 2010 e incorporação de nova informação estrutural com impacto na RAM

A base anterior – base 2006 – foi substituída pela base 2011, que reflete não só as alterações decorrentes da implementação do Sistema Europeu de Contas (SEC 2010), mas também nova informação estrutural, como por exemplo, a dos Censos 2011.

O SEC 2010 substitui igualmente, o anterior Sistema Europeu de Contas, o SEC 1995.

A alteração com mais impacto, e que explica as diferenças significativas entre o Produto Interno Bruto (PIB) e o Valor Acrescentado Bruto (VAB) regional nas duas bases, diz respeito ao tratamento das atividades do Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM).

Um número importante das unidades sedeadas no CINM é classificado como “entidades com fins especiais” (*Special Purpose Entities - SPE*), existindo novas regras para o registo das atividades destas entidades que têm pouca presença física.



Direção Regional e Estatística

“Uma porta aberta para um universo de informação estatística”



As SPE são unidades legalmente constituídas num território, controladas por entidades não residentes, sem expressão em termos de emprego, mas que podem apresentar valores relevantes em diversos fluxos com o exterior, nomeadamente com empresas do "grupo", em contraste com exíguas, ou mesmo inexistentes, relações económico-financeiras com agentes económicos residentes. Tipicamente atuam na área financeira, no "trading", ou simplesmente como veículo de "otimização fiscal" no seio de um grupo de empresas.

Enquanto o SEC 1995 era omissivo sobre o tratamento da produção destas unidades, o SEC 2010 reconhece o carácter excecional das mesmas, considerando que a sua função principal consiste na captação e transferência de fundos entre entidades não residentes. Consequentemente procedeu-se à reclassificação destas unidades, que maioritariamente passaram a integrar o setor das sociedades financeiras, sendo ainda recomendado que a atividade registada no território de acolhimento corresponda apenas aos fluxos realizados com agentes económicos residentes.

O impacto deste tratamento afeta o Valor Acrescentado Bruto (VAB) e por consequência o PIB (que difere do VAB por agregar os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos) da RAM de modo bastante marcado. No ano base (2011), o impacto foi de aproximadamente 670 milhões de euros em termos de VAB. Tendo em conta que os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos são imputados "com base na dimensão relativa do Valor Acrescentado Bruto de todos os ramos de atividade da região avaliados a preços de base" (ver ponto 13.43 do SEC 2010), o tratamento dado às SPE repercute-se com maior dimensão ao nível do PIB, ou seja, como o VAB na nova base é substancialmente inferior ao da base 2006 e serve de chave para a distribuição regional dos impostos líquidos de subsídios aos produtos, a parcela desta variável imputada à RAM é também mais baixa, o que leva a que a redução do PIB entre bases seja de montante superior à redução do VAB.

O novo manual das Contas Regionais do EUROSTAT – o organismo de estatística da União Europeia - advoga igualmente o cálculo de deflatores regionais para os ramos da construção e do comércio e para os produtos da agricultura.

Duas fontes de informação importantes foram igualmente incorporadas na nova base. Por um lado, o **Recenseamento Geral da População e da Habitação – Censos 2011**, reflete-se diretamente nas Contas Nacionais e Regionais, por via do emprego e por via das rendas de habitação, principalmente na componente relativa a rendas imputadas.

Ao nível do emprego, a informação anual intercensitária foi recalibrada com a informação dos Censos 2011, conduzindo à revisão da população empregada por atividade económica. Constituindo o emprego um dos elementos necessários à compilação das Contas, nomeadamente do "adicional de emprego" (que resulta da diferença entre o emprego declarado pelas empresas e pelos indivíduos e para o qual é estimado um valor de atividade económica), a sua revisão teve repercussões no nível do PIB.

No que diz respeito às rendas de habitação, as rendas imputadas da habitação própria são calculadas com base na informação dos Censos sobre as rendas efetivas. Os valores obtidos na base 2011, utilizando os

dados dos Censos 2011, conduzem à revisão em alta da estimativa das rendas de habitação em comparação com os valores integrados na anterior base 2006.

Também foi incluída informação do **Recenseamento Agrícola - RA09**, que constitui o referencial para o cálculo da atividade económica de um vasto conjunto de produtos do sector primário.

2. Comparação das principais variáveis das Contas Regionais entre as duas bases

Das 7 regiões NUTS II do país (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, R.A. Açores e R.A. Madeira), a RAM é aquela em que as alterações metodológicas tiveram um impacto mais significativo.

O quadro 1 apresenta valores comparativos para os anos de 2011 (por ser o ano base da nova série) e 2012, do PIB, VAB, PIB *per capita*, rendimento disponível bruto das famílias, índices de disparidade e emprego total de acordo com a base 2006 e a base 2011.

Quadro 1 - Comparação das principais variáveis das Contas Regionais nas bases 2006 e 2011

Ano de 2011

Rubricas	Unidade	Ano de 2011			Ano de 2012		
		Base 2006	Base 2011	Diferença	Base 2006	Base 2011	Diferença
Produto Interno Bruto (PIB)	milhões €	5 141,0	4 367,2	-773,8	4 811,5	4 034,6	-776,9
Valor Acrescentado Bruto (VAB)	milhões €	4 488,0	3 852,8	-635,2	4 155,6	3 546,6	-609,0
PIB <i>per capita</i>	milhares €	20,8	16,4	-4,4	19,6	15,3	-4,3
Índice de disparidade do PIB face à média nacional (PT=100)	%	129	98	-31 p.p.	125	95	-30 p.p.
Índice de disparidade do PIB face à média comunitária (UE28=100)	%	100	77	-23 p.p.	95	72	-23 p.p.
Emprego total	milhares de pessoas	112,9	115,7	2,8	x	x	x
Rendimento disponível bruto (RDB) das famílias	milhões €	3 026,9	3 037,1	10,2	x	x	x
Rendimento disponível bruto (RDB) das famílias <i>per capita</i>	€	12 249	11 413	-836	x	x	x
Índice de disparidade do RDB face à média nacional (PT=100)	%	107	99	-8 p.p.	x	x	x

Nota: Na base 2006, os valores para o ano de 2011 eram provisórios e para 2012 preliminares. Na base 2011, os dados para ambos os anos são de natureza preliminar.

A revisão em baixa do valor do PIB afetou naturalmente o rácio do PIB por habitante e os índices de disparidade face às médias nacional e comunitária (UE28), que foram também influenciados pelo aumento da população residente no último período intercensitário.

No ano de 2011, a diferença entre o PIB da RAM calculado nas bases 2006 e 2011 foi de 773,8 milhões de euros. Em termos percentuais, o PIB na nova base é inferior em 15,1% comparativamente ao da base anterior. Naturalmente, o peso do PIB da RAM no PIB do país diminuiu, passando de 3,0% para 2,5%.

No caso do VAB, a diferença é inferior à observada no PIB (devido à forma como os impostos líquidos de subsídios são calculados, como já foi atrás explicado), cifrando-se em 635,2 milhões de euros.

Analisando os ramos que mais contribuem para o VAB regional, notamos que, comparando as duas bases, a principal diferença está relacionada com as "atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio". Se tivermos como referência o ano de 2011, observamos que na base 2006 esta era a terceira atividade que mais contribuía em termos de VAB regional. No referido ano, o VAB das atividades acima referidas cifrou-se em 607,0 milhões de euros. Contudo, o valor para as "atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio", na base 2011, é de apenas 178,6 milhões de euros. Uma parte substancial das empresas do CINM estava ligada a esta atividade e aí reside a explicação para uma quebra de tal dimensão. O ramo do "Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração" também foi reavaliado em baixa de 1 408,0 para 1 228,2 milhões de euros.

No quadro 2, expressa-se o ranking dos principais ramos de atividade para o ano de 2011, nas duas bases.

**Quadro 2 - Valor Acrescentado Bruto (VAB) por ramo de atividade A10 nas bases 2006 e 2011
Ano de 2011**

Rubricas	Base 2006			Base 2011		
	Posição	Peso (%)	VAB (milhões €)	Posição	Peso (%)	VAB (milhões €)
TOTAL	//	100,0	4 488,0	//	100,0	3 852,8
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração	1º	31,4	1 408,0	1º	31,9	1 228,2
Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social	2º	23,1	1 036,3	2º	28,8	1 108,2
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio	3º	13,5	607,0	6º	4,6	178,6
Construção	4º	7,0	312,1	4º	7,5	289,0
Atividades imobiliárias	5º	7,5	337,0	3º	9,8	378,9
Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	6º	6,4	288,7	5º	6,7	257,9
Atividades financeiras e de seguros	7º	4,9	218,5	7º	4,2	161,0
Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços	8º	2,5	113,7	8º	2,6	101,1
Informação e comunicação	9º	2,0	87,6	10º	1,9	74,7
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	10º	1,8	79,3	9º	2,0	75,2

Por sua vez, o PIB *per capita* passa de 20,8 para 16,4 mil euros, caindo 21,2% entre bases, o que se reflete nos índices de disparidade face às médias nacional e comunitária. Na base anterior, a RAM havia superado a média nacional em 2000, chegando a um pico de 132% da referida média em 2008, para em 2012 (último ano para o qual há informação de Contas Regionais na base 2006) se fixar nos 125%.

Na nova base, este índice é sempre inferior a 100, com exceção dos anos de 2005 e 2006, nos quais iguala a média nacional. No período 2000-2005, o índice de disparidade face à média nacional manifesta uma tendência crescente, passando de 89 em 2000, para 100 em 2005. A partir deste ano começou a decrescer até atingir os 95 em 2012, valor idêntico ao de 2013, o que significa que o PIB dividido por cada residente na RAM era, naquele ano, 5% inferior à média nacional (o PIB *per capita* na RAM era em 2013 de 15,5 mil euros, contra 16,4 mil euros no país).

Em termos do índice de disparidade no contexto da UE a 28 países, recorda-se que, na base 2006, a RAM havia ultrapassado a barreira dos 100% no ano de 2006, o que significava que o PIB por habitante era superior à média da UE28. Contudo, em 2012, voltou a ficar abaixo daquele limite, caindo para os 95%.

Na base 2011, devido à existência de uma quebra de série, só são apresentados dados a partir de 2005. Neste ano, em 2006 e em 2009, a RAM atinge o valor máximo do referido índice – 80 - sendo que nos restantes anos está entre os 75 e os 80, com exceção de 2012, ano em que o índice de disparidade face à UE28 se fixou nos 72.

No que diz respeito ao emprego total, comparando o ano de 2011 entre bases observa-se que aquela variável apresenta agora um valor superior (115,7 milhares de pessoas na base 2011 contra 112,9 milhares de pessoas na base 2006). Em grande medida, o ramo responsável por esta revisão foi o da "Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca" que empregava em 2011, 13,0 mil pessoas contra os 8,7 mil constantes na base anterior.

O Rendimento Disponível Bruto (RDB) das famílias não sofre grande variação entre bases, mas se se atender ao RDB em termos de capitação é visível o impacto do crescimento da população observado no período inter-censitário, que leva a que o índice de disparidade do RDB da RAM seja na nova base inferior à média nacional, não ultrapassando os 99% desta média, no ano de 2011. Na base anterior, o índice superava a média nacional em 7%.

3. Produto Interno Bruto e Valor Acrescentado Bruto regionais na base 2011

Em 2013, o PIB regional estava avaliado em 4 070,8 milhões de euros, tendo variado -1,8% em termos reais (ou seja excluindo o efeito da variação de preços) face ao ano anterior. Esta evolução foi mais negativa que a observada a nível nacional (-1,4%).

Quadro 3 – Produto Interno Bruto (PIB) por região NUTSII e respetivas taxas de crescimento (2011-2013Pe)

Regiões NUTSII	PIB a preços correntes (milhões de euros)			Taxa de crescimento em valor (%)			Taxa de crescimento em volume (%)		
	2011	2012Pe	2013Pe	2011	2012Pe	2013Pe	2011	2012Pe	2013Pe
Portugal	176 166,6	169 668,2	171 211,1	-2,1	-3,7	0,9	-1,8	-3,3	-1,4
Norte	49 997,3	48 209,7	48 667,9	-1,7	-3,6	1,0	-1,3	-3,3	-1,2
Centro	32 918,8	31 699,0	32 122,9	-2,2	-3,7	1,3	-1,6	-3,6	-1,1
Lisboa	66 073,0	63 487,4	63 901,9	-2,3	-3,9	0,7	-2,2	-3,1	-1,4
Alentejo	11 526,1	11 237,0	11 275,1	-2,3	-2,5	0,3	-1,7	-2,8	-2,2
Algarve	7 347,3	7 206,9	7 309,9	-2,6	-1,9	1,4	-3,3	-2,6	-1,4
Região Autónoma dos Açores	3 760,3	3 633,4	3 694,2	-2,0	-3,4	1,7	-1,8	-3,0	-1,2
Região Autónoma da Madeira	4 367,2	4 034,6	4 070,8	-1,0	-7,6	0,9	-1,2	-7,0	-1,8
Extra-regio	176,5	160,1	168,3	-10,3	-9,3	5,1	-9,1	-2,8	-0,5

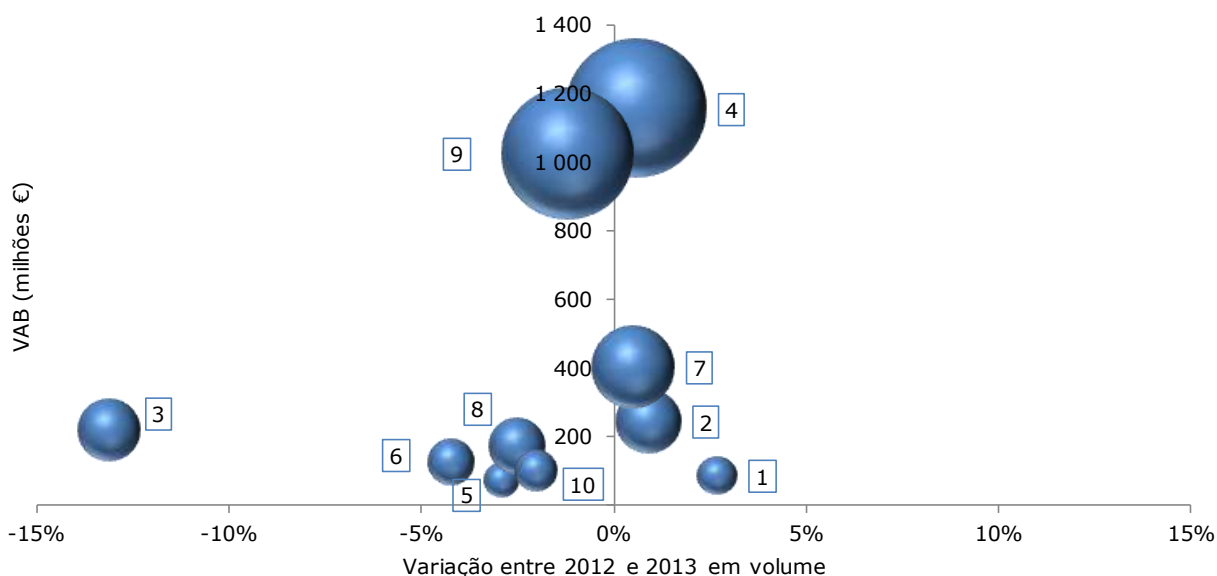
Em 2012, a variação em volume face ao ano anterior havia sido bem mais negativa (7,0%) e muito próxima do estimado na base anterior (7,1%). Não obstante as atividades no CINM contribuírem muito menos para o PIB nesta nova base, a verdade é que a evolução do PIB gerado por aquelas atividades entre 2011 e 2012 caiu muito significativamente, agravando a diminuição já registada na economia extra-CINM.

Por sua vez, no ano de 2011, a variação real do PIB foi menos negativa na RAM (-1,2%) comparativamente ao país (-1,8%).

Em 2013, o VAB fixou-se nos 3 589,3 milhões de euros, quebrando 1,6% em volume (-1,0% no país).

No gráfico 1 podemos observar as evoluções em termos reais entre 2012 e 2013 (no eixo das abcissas) e o peso de cada um dos dez ramos de atividade (no eixo das ordenadas e pelo diâmetro de cada bolha).

Gráfico 1 – Valor Acrescentado Bruto (VAB) por ramo de atividade A10 e taxa de crescimento em volume entre 2012Pe e 2013Pe



1-Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca

2-Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição

3-Construção

4-Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração

5-Informação e comunicação

6-Atividades financeiras e de seguros

7-Atividades imobiliárias

8-Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio

9-A administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social

10-Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços

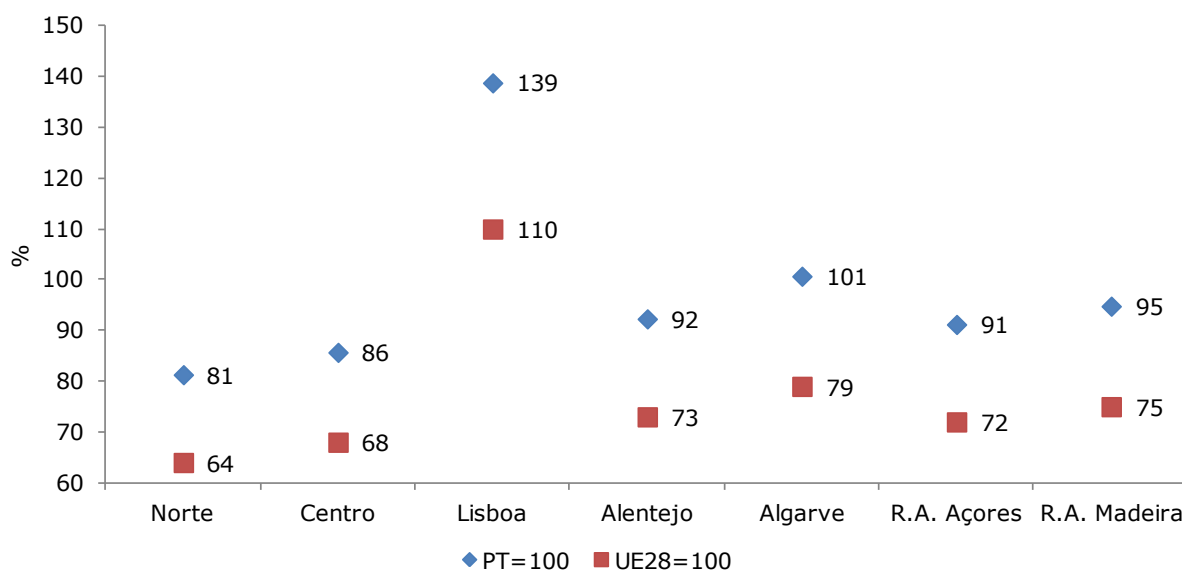
O ramo de atividade que mais contribuiu para o VAB regional em 2013 foi o do “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração”, que pesou 32,2%, seguindo-se a “Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social” com 28,6% do total do VAB. Com a perda de importância das “atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio” por motivos já acima explicitados, a terceira atividade mais relevante são agora as “atividades imobiliárias” que, em 2013, pesaram 11,2%.

4. Comparações inter-regionais no contexto nacional e da União Europeia

A coesão regional é normalmente analisada através das assimetrias do PIB *per capita* e da produtividade aparente do trabalho quer no contexto do país, quer em comparação com a União Europeia (UE).

O indicador PIB *per capita* relaciona o PIB gerado num dado país ou região com a população residente. O gráfico 2 apresenta os índices de disparidade regional do PIB *per capita* das NUTS II em relação à média nacional (Portugal = 100) e em relação à média comunitária (UE28=100).

Gráfico 2 – Índices de disparidade face à média nacional (PT=100) e face à média comunitária (UE28=100) em 2013Pe



Em 2013, apenas Lisboa e Algarve se encontram acima da média nacional. A RAM surge na 3ª posição, embora já abaixo do índice 100. A região com o PIB *per capita* mais baixo do país continua a ser o Norte, com o índice a não ultrapassar os 81.

Em termos de comparação com a média dos 28 países da União Europeia, a única região portuguesa acima do índice 100 é Lisboa (110). A RAM estava, em 2013, com um índice de 75 e todas as outras regiões

abaixo, com exceção do Algarve que registava um índice de 79, sendo a segunda região do país neste indicador.

De referir que a apreciação destas assimetrias deve ter em conta que a conversão de euros para Paridades do Poder de Compra (PPC), aplicável no quadro da regulamentação da União Europeia, é feita uniformemente para todas as regiões de cada Estado Membro, não sendo contempladas as diferenças intranacionais de preços relativos ao nível de NUTS II.

No que diz respeito à produtividade aparente do trabalho (relação entre o VAB e o emprego que lhe está subjacente), a RAM apresentava em 2011, um valor superior à média nacional, e que atingia os 33,3 milhares de euros. No país, este rácio foi de 32,3 milhares de euros. Na nova série das Contas Regionais, a RAM mantém-se acima do nível do país nesta variável desde 2008.

5. Formação Bruta de Capital Fixo

O montante global de investimento realizado na RAM atingiu em 2011 os 1 101,4 milhões de euros, diminuindo 3,2% face ao ano anterior. Apenas o Alentejo evidenciou um desempenho favorável, com a FBCF desta região a crescer 10,7%. Nas outras regiões do país, esta variável apresentou diminuições maiores que a observada na RAM, destacando-se a RAA, como a região onde a queda foi a mais expressiva (-20,6%). A variação da FBCF no país foi de -12,1%.

De referir que a FBCF na RAM apresenta quebras sucessivas desde 2009 à semelhança do que acontece a nível nacional.

Quadro 4 – Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) por região NUTSII e taxa de crescimento em valor (2009-2011)

Regiões NUTSII	Formação Bruta de Capital Fixo (milhões de euros)			Taxa de crescimento em valor (%)		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Portugal	37 106,8	36 937,7	32 451,8	-9,2	-0,5	-12,1
Norte	10 577,1	10 435,1	9 379,9	-12,8	-1,3	-10,1
Centro	7 114,4	7 052,8	5 773,4	-13,8	-0,9	-18,1
Lisboa	12 158,2	12 472,2	10 425,7	-3,8	2,6	-16,4
Alentejo	2 980,3	3 016,6	3 339,5	7,4	1,2	10,7
Algarve	2 050,1	1 950,8	1 740,4	-24,6	-4,8	-10,8
Região Autónoma dos Açores	968,3	868,6	689,6	-5,8	-10,3	-20,6
Região Autónoma da Madeira	1 254,4	1 137,2	1 101,4	-3,3	-9,3	-3,2
Extra-regio	4,1	4,5	1,8	17,8	10,7	-59,6

6. Contas das Famílias

Em 2011, o Rendimento Disponível (RD) e o Rendimento Primário (RP) do país decresceram 4,0% e 3,9%, respetivamente, em termos nominais face a 2010 (ver quadro 5). Na RAM, as quebras foram menos acentuadas, fixando-se em -3,2% no caso do RD e em -4,2% no caso do RP.

Quadro 5 – Rendimento primário e disponível bruto das famílias, por região NUTSII (2011)

Regiões NUTSII	Rendimento Primário				Rendimento Disponível			
	Total	Variação anual	por habitante	Índice PT=100	Total	Variação anual	por habitante	Índice PT=100
	milhões €	%	euros	%	milhões €	%	euros	%
Portugal	121 432,0	-3,9	11 502	100	121 752,3	-4,0	11 532	100
Norte	34 957,0	-3,9	9 472	82	36 161,1	-4,1	9 799	85
Centro	23 126,1	-4,2	9 951	87	24 528,6	-4,2	10 555	92
Lisboa	44 515,4	-3,6	15 758	137	41 474,8	-3,9	14 682	127
Alentejo	7 778,2	-4,1	10 281	89	8 227,0	-4,3	10 874	94
Algarve	5 270,2	-4,9	11 745	102	5 272,8	-4,9	11 751	102
Região Autónoma dos Açores	2 862,1	-3,3	11 589	101	2 942,3	-2,7	11 913	103
Região Autónoma da Madeira	2 805,2	-4,2	10 542	92	3 037,1	-3,2	11 413	99
Extra-regio	117,7	-13,2	//	//	108,4	-12,4	//	//

A distribuição secundária do rendimento, em grande medida associada às transferências sociais provenientes das administrações públicas, beneficiou em termos relativos as famílias de todas as regiões, com exceção das de Lisboa. Com efeito, excetuando esta região, todas as famílias viram o RD *per capita* superar o rendimento gerado pela sua participação no processo produtivo e pelos saldos dos rendimentos de propriedade. No caso da RAM, o índice do RD *per capita* é superior em 7 p.p. ao do RP.

No que respeita às disparidades regionais face à média nacional, verifica-se que apenas Lisboa apresenta níveis superiores à média nacional para o RP, o RD e o PIB *per capita*, no ano de 2011, conforme consta do gráfico 3.

A RAM observava naquele ano um índice de disparidade do PIB *per capita* de 98, enquanto os índices de disparidade do RD e RP *per capita* foram de 99 e 92, respetivamente.

Gráfico 3 – Índices de disparidade face à média nacional do PIB, RP e RD por habitante, por região (2011)

